

Seguindo as trilhas do gado e do arroz na Raposa Serra do Sol: conexões transnacionais no embate entre a pecuária indígena e a rizicultura corporativa¹

Catarina Morawska Vianna²

Resumo: A decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu a demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol (RSS) em 2008 imprimiu uma pesada derrota aos arroteiros que vinham resistindo aos mandados de desintrusão das áreas que ocupavam ilegalmente. Sua posição contava com amplo apoio local e nacional, reunido em torno do já antigo argumento de que deles dependiam a proteção da soberania nacional e a promoção do desenvolvimento do país. De acordo com os defensores dos arroteiros, as campanhas internacionais promovidas pelo Conselho Indígena de Roraima ao longo dos anos apenas comprovavam a hipótese de que forças estrangeiras representadas por ordens religiosas e ONGs internacionais valiam-se dos índios para saciar a sua cobiça pelas riquezas da nação. Tendo em vista estas acusações sobre a cooperação internacional junto a povos indígenas, ainda frequentemente retomadas por agentes do agronegócio, este trabalho propõe o duplo movimento de descrever tanto as conexões transnacionais dos índios quanto as dos arroteiros de modo a contrastar os diferentes gerenciamentos tecnológicos que cada um fomentava na RSS: a pecuária extensiva e a rizicultura de alta performance. Adotar a estratégia etnográfica de seguir a trilha do gado e a trilha do arroz permite mostrar o embate de conceitos, saberes e lógicas distintos na ocupação da RSS. De um lado, a trilha do gado na RSS nos leva a relações de cooperação internacional com organizações indígenas sustentadas através da mobilização de conceitos como *comunitarismo* e *injustiça social*, fortalecendo um tipo de lógica expressa pelas *soltas*. De outro lado, a trilha do arroz revela como o investimento de capital na região proliferou organizações movidas por conexões transnacionais que fomentavam a lógica das *cercas* na ocupação do território com seu maquinário, sementes híbridas, produtos químicos. Trata-se de uma experimentação etnográfica contrastiva que coloca o disseminado argumento desenvolvimentista sob jugo crítico.

Palavras-chave: Raposa Serra do Sol; pecuária extensiva; rizicultura; relações transnacionais

¹ Este trabalho em andamento é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado que contou com financiamento da Fapesp ao longo de 11 meses entre 2012 e 2013. Uma versão preliminar do argumento aqui contido foi apresentada nas “Quartas da Antropologia”, seminário mensal do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, em Maio de 2013. Agradeço os comentários de Ronaldo Almeida e Susana Ventura na ocasião. O argumento é baseado em trabalho de campo em Londres (junho e julho de 2008), durante a campanha *Anna Pata Anna Yan* na Europa, bem como em Boa Vista em setembro de 2012 junto a lideranças indígenas e pessoas ativas durante a campanha em Brasília, São Paulo e Europa. Pela permissão de acesso aos arquivos de suas instituições em Boa Vista, agradeço aos Irmãos da Consolata, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Junta Comercial, Sebrae, Funai, Arquivo da Prelazia, Instituto Socioambiental (ISA).

² Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar) e coordenadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas <<https://leeufscar.wordpress.com/>>.

Com 10 votos a favor da demarcação contínua da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol e apenas um contra, os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) determinaram, em 19 de março de 2009, a definitiva retirada dos arroteiros que ocupavam a área demarcada.³ Encerravam assim mais um episódio no impasse político e jurídico que vinha se arrastando desde a década de 1970, quando se iniciaram os primeiros procedimentos para a demarcação da TI Raposa Serra do Sol. Em seu voto, o Ministro Relator Carlos Ayres Britto declarava:

Roraima é um estado que não se mantém sozinho, ou melhor, que depende do repasse de recursos federais. Um lugar onde 90% dos políticos nem sequer são nativos. Onde o maior arroteiro, que está à frente do movimento contra a reserva, arvora-se em defensor da região, mas veio de fora. É um gaúcho que desembarcou por lá em 1978, e não há nada de mal nisso, mas combate os índios que justamente servem de muralhas dos sertões, desde os tempos da colônia. Os índios foram decisivos para que o Brasil ganhasse da Inglaterra. Dizer que viraram ameaça significa, no mínimo, cometer uma injustiça histórica. (BRITTO, 2009, item 78, p. 193).

A mais alta instância do Judiciário brasileiro reconhecia a injustiça histórica de se considerar os cerca de 15.000 índios dos povos Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang e Patamona habitantes da região, os mesmos que atuaram como “as muralhas dos sertões” contra invasores estrangeiros (FARAGE, 1991), como uma ameaça à nação. Pois a alegação dos arroteiros, que migraram do sul do país para Roraima nos anos 1970 e gradualmente expandiram as suas áreas de cultivo dentro da Raposa Serra do Sol, era que a redemarcação da terra indígena em ilhas para que pudessem por lá permanecer era a única maneira de conter uma série de ameaças: à soberania nacional, com a total ocupação do território brasileiro, em especial as áreas de fronteira; à prosperidade econômica de Roraima, que se julgava impedida pela quantidade de terras indígenas demarcadas; ao desenvolvimento do país, que se considerava frequentemente obstaculizado por demandas indígenas, ambientais e em favor da reforma agrária; e à integração social, cultural e econômica de índios à nação. Segundo tal perspectiva, forças estrangeiras vinham financiando organizações indígenas através de ONGs

³ Tratava-se de ação popular contra a União ajuizada em maio de 2005 por dois senadores - Augusto Affonso Botelho Neto, senador por Roraima entre 2003 e 2011, e Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti, senador por Roraima entre 1999 e 2015 -, contestando no STF a demarcação contínua da Raposa Serra do Sol, homologada em abril de 2005. Para uma descrição detalhada das partes que compunham o processo, dos vários atores que integraram os polos ativo e passivo da ação após 2008 e dos argumentos defendidos por cada um, ver Mota & Galafassi (2009).

internacionais por motivos obscuros, o que constituiria uma ameaça à Amazônia e à soberania brasileira (REBELO, 2010).

É verdade que a resistência indígena ao longo das décadas dera-se a partir da aliança com ONGs internacionais, com as quais organizações indígenas locais mantinham relações mais longas de cooperação para apoio a projetos, ou parcerias pontuais para campanhas políticas na comunidade internacional. Este foi o caso da campanha *Anna Pata Anna Yan* [Nossa Terra Nossa Mãe], lançada em junho de 2008 pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), semanas antes do julgamento pelo STF em agosto do mesmo ano. Como uma das ações de campanha, o líder macuxi Jacir José de Souza e a líder wapixana Pierlangela Nascimento da Cunha foram para a Europa para uma visita de três semanas com paradas na Espanha, Reino Unido, Bélgica, França, Itália e Portugal para angariar apoio internacional à manutenção da demarcação contínua da terra indígena. A viagem previa o contato com diversas ONGs internacionais indigenistas, ambientalistas, de direitos humanos, de desenvolvimento, bem como o Parlamento Europeu, órgãos governamentais legislativos e executivos e um chefe de Estado, o Papa Bento XVI.⁴

O efeito de campanhas internacionais em prol de causas locais, como a campanha *Anna Pata Anna Yan*, foi descrito por Keck & Sikkink (1998, p. 12) a partir de um “padrão bumerangue de influência em redes internacionais”. O “efeito bumerangue” ocorre quando organizações ou lideranças locais obtêm o apoio direto de aliados internacionais para que estes pressionem o Estado e a opinião pública doméstica. Este era justamente o efeito que o CIR e seus aliados se dispuseram a provocar antes do julgamento no STF para que a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol fosse mantida da forma como homologada.

Anna Tsing (2005), em sua etnografia sobre uma campanha contra madeireiros organizada pelos velhos das aldeias nas Montanhas Meratus, na Indonésia, mostra como a colaboração entre os atores apontava para um quadro expandido de relações, não mais restrito às montanhas Meratus, mas envolvendo grupos de *nature lovers* [amantes da natureza] na capital da província e ambientalistas na capital do país, Jakarta. A colaboração era baseada em enunciações contingentes de universais (como a “proteção à floresta”) que sedimentavam a relação em momentos específicos a despeito das diferenças entre os atores. Da mesma forma, os índios da Raposa Serra do Sol

⁴ Cf. notícia no website do Conselho Indígena de Roraima em 16/06/2008: <http://www.cir.org.br/portal/?q=node/476>

sedimentavam tanto relações com atores em grandes centros urbanos brasileiros quanto fora do país, entre grupos que apoiavam a questão indígena e/ou ambiental. Como aponta Tsing (2005, p. 6): “Afirmações abstratas sobre o globo podem ser estudadas na medida em que elas operam o mundo”. Ao se estabilizar certos enunciados universais - a “proteção ao meio ambiente” ou a “defesa dos direitos indígenas” -, configura-se o fenômeno que Collier & Ong (2005) denominam *global assemblages* [compósitos globais]. Segundo os autores:

À medida que formas globais são articuladas em situações específicas - ou territorializadas em compósitos - elas definem novas relações discursivas, coletivas e materiais. Estes "compósitos globais" (...) são domínios em que formas e valores de existência individual e coletiva são problematizados ou encontram-se em jogo, no sentido de que estão sujeitos a reflexão e intervenção tecnológica, política e ética. (p. 4).⁵

O que parecia obscuro aos arroteiros, militares, políticos e mídia local constituía-se como um compósito global formado em torno da campanha *Anna Pata Anna Yan*, envolvendo uma miríade de atores nacionais e estrangeiros cuja colaboração dependia da enunciação de noções de natureza e cultura, em especial a relação simbiótica dos povos autóctones com sua terra. Tratava-se da reconfiguração de ainda outro compósito global formado trinta anos antes, em torno de uma campanha lançada em 1988 na Itália e em outros países europeus pelos missionários da Consolata atuantes em Roraima, chamada “Una Mucca per l’indio” [Uma vaca para o índio]. Ali, eram noções como *comunitarismo* e *injustiça social* que criavam a colaboração entre apoiadores estrangeiros e indígenas da Raposa Serra do Sol.⁶

Para os opositores dos índios e ideólogos do desenvolvimentismo nacional, contudo, as campanhas internacionais promovidas pelo Conselho Indígena de Roraima e seus aliados ao longo dos anos incitava-os a um exercício de imaginação conspiratória que os fazia vislumbrar “manobras obscuras de governos e exércitos estrangeiros”.⁷

⁵ Todas as traduções da autora. Neste caso, optou-se por traduzir “global assemblages” por compósitos globais, de modo a enfatizar como a reunião e articulação de formas globais opera efeitos discursivos, coletivos, materiais.

⁶ Num certo sentido, também a campanha de 1988 não pode ser compreendida sem incluir no quadro de análise as bem sucedidas campanhas da Comissão Pró-Yanomami (CCPY). Conforme me foi dito em campo, o Padre Dalben, que era o responsável por fazer os contatos na Europa durante a campanha “Una Mucca per l’indio”, havia tomado o exemplo de Irmão Zacchini e Claudia Andujar em suas bem sucedidas campanhas na década de 1970 em São Paulo e no exterior em defesa dos Yanomami.

⁷ Publicações locais, como os de Amazonas Brasil (2008a, 2008b), são bons exemplos do exercício de imaginação conspiratória sobre a ameaça indígena à nação. Este exercício também marca instituições como as Força Armadas. Leirner (2001) demonstra como a versão militar da geopolítica mundial

Para eles, o apoio internacional à campanha apenas comprovava a hipótese de que forças estrangeiras representadas por ordens religiosas e ONGs internacionais valiam-se dos índios para saciar a sua cobiça pelas riquezas da nação.

Tendo em vista estas acusações sobre a cooperação internacional junto a povos indígenas, ainda frequentemente retomadas por agentes do agronegócio e, mais amplamente, pela bancada ruralista em órgãos legislativos estaduais e federal, propõe-se aqui chamar a atenção para outro compósito global, menos frequentemente lembrado, ligado à rizicultura de alta performance. Como pretendo argumentar neste trabalho, a fixação de não-indígenas na Raposa Serra do Sol apenas se consolidou na medida em que se multiplicaram as empresas e órgãos locais que carregavam consigo um regime de saber que os conectava a empresas estrangeiras fornecedoras de insumos para a rizicultura.

Com efeito, o que se vê em Roraima a partir da década de 1980 é justamente a proliferação de organizações conectadas entre si, que alhures chamei de emaranhados institucionais (MORAWSKA VIANNA, 2014). Seguir esses emaranhados de relações entre organizações nos insere em circuitos burocrático-institucionais que estendem uma “máquina antipolítica” (FERGUSON, 1994) para os confins do mundo e abrem ali novas fronteiras para empreendimentos movidos a dinheiro e a documentos. Aqui eu tomo emprestada a ideia de fronteira de Anna Tsing (2005), geralmente um lugar de melancolia, destruição, violência; a extremidade de emaranhados institucionais que se estendem até populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas por meio de megaprojetos estatais ou de empresas do agronegócio, colocando cada vez mais pressão sobre reservas florestais e terras demarcadas. A fronteira não é estática, ela se move junto com os empreendimentos estatais e corporativos, em geral estatal-corporativos.

Uma das características peculiares de Roraima é o fato dos emaranhados institucionais terem se mantido relativamente rarefeitos até muito recentemente. O povoamento do estado foi um processo intermitente, um “front extremamente lento” (BARROS, 1995, p.60). Muitos eram os obstáculos: o solo, o clima, as pragas, a falta de estrutura, a falta de crédito, a resistência indígena (tanto pela flecha quanto pela pena, via documentos). E a ocupação não-indígena passou a se dar de maneira mais permanente quando de fato proliferaram organizações conectadas entre si, quando houve a extensão de circuitos burocrático-institucionais.

comporta a imagem de outros exércitos - entidades auto-contidas e potencialmente nocivas - espalhadas pelo mundo.

Isto fica evidente a partir de uma análise dos cadastros empresariais do estado, em que se constata um crescente registro de empresas a partir da década de 1980.⁸ Em 1980/81 há o cadastramento de 2 empresas de beneficiamento de arroz; em 1984/85 são 8 as empresas cadastradas; em 1992-1993 mais 8, entre elas a de Paulo César Quartiero, o último invasor a deixar a Raposa Serra do Sol (CEAG-RR, 1982?, 1985; SEBRAE, 1994?). Fica evidente também ao se olhar o aparato estatal em Roraima. A criação do Território Federal do Rio Branco, desmembrado do Estado do Amazonas em 1943, fez surgir na capital Boa Vista uma primeira leva de órgãos públicos federais. Até 1982, o Território possuía apenas 2 municípios: Boa Vista e Caracá, o que significava que, além dos órgãos federais, também havia o aparato estatal municipal em suas respectivas sedes. Após 1982, o Território totaliza 8 municípios, sendo criados órgãos municipais espalhados pelo território. Em 1989 Roraima se torna Estado. A capital, Boa Vista, passa a concentrar órgãos federais, municipais, além dos órgãos estaduais recém-criados; em 1994, mais 2 municípios são criados; e em 1995, mais 5 municípios, desencadeando um novo processo de proliferação de órgãos municipais.⁹

Santilli (2001, p. 121) argumenta que a criação desses municípios foi uma estratégia do governo do estado para obstruir o processo demarcatório de terras indígenas; e, de fato, com esta manobra houve o adensamento dos circuitos burocrático-institucionais que incidiam sobre a Raposa Serra do Sol. Por sua vez, o governo do Estado, anos antes, em documento elaborado em 2003, afirmava que estava ocorrendo “uma proliferação artificial de malocas” (Governo do Estado de Roraima, 2003, p.91), interpretada como fruto da manipulação do CIR e das ONGs internacionais que o apoiavam. Proliferavam também órgãos estatais e empresas privadas por meio de registro em cartório e decretos. Nada menos artificial: tratava-se da criação de ficções legais, pessoas jurídicas de direito privado e público.

⁸ A Junta Comercial de Roraima é criada em 1975. Em 1992 publica um primeiro informativo voltada à “classe empresarial do Estado” (JUCERR, 1992).

⁹ Há um total de 15 municípios em Roraima. Quando se tornou Território Federal do Rio Branco (desmembrado do Estado do Amazonas), havia apenas 2 municípios: Boa Vista ao norte e Caracá ao sul. Os outros 13 foram criados entre 1982 e 1995: o município de São Luis foi criado em 1982, ao ser desmembrado de Caracá; São João da Baliza criado em 1982, desmembrado de Caracá; Normandia em 1982, desmembrado de Boa Vista; Alto Alegre em 1982, desmembrado de Boa Vista; Mucajá em 1982, desmembrado de Boa Vista; Bonfim em 1982, desmembrado de Boa Vista; Iracema, criado em 1994, desmembrado de Mucajá, onde se localiza a sede municipal, e Caracará; Caroebe, criado em 1994 desmembrado do município de São João da Baliza; Amajari em 1995, desmembrado de Boa Vista; Cantá em 1995 com terras dos municípios de Bonfim e Caracá; Pacaraima criado em 1995, desmembrado de Boa Vista; Rorainópolis criado em 1995, desmembrado de São Luis e São João da Baliza; Uiramutã criado em 1995, desmembrado de Normandia.

Não se pretende aqui contabilizar e inventariar essas organizações, tampouco mapear o fluxo de capital; isto seria tarefa para demógrafos e sociólogos. O que importa notar é que a presença dos rizicultores implicava a proliferação de um regime de saber que dependia de conexões transnacionais da agricultura de alta performance. Os circuitos burocrático-institucionais, para além de estradas, hospitais, escolas, bancos, disseminavam a técnica do agrônomo para elevar a produtividade das grandes monoculturas no país; a técnica cartográfica para se mapear o espaço; a técnica da estatística que quantifica o mundo e aponta para suas supostas tendências; a técnica de elaboração de diagnósticos sociais para projetos de engenharia social dos mais diversos - tecnologias da predição, da eficiência e do controle, autointituladas racionais.

Contudo, os circuitos burocrático-institucionais levavam também adiante demandas que resistiam à ameaça destas novas fronteiras. Pois como reação à invasão, as organizações indígenas passaram também elas a buscar conexões transnacionais. A campanha *Anna Pata Anna Yan*, por exemplo, era sustentada por emaranhados institucionais mobilizados em torno da causa indígena ou ambiental. Como já dito, havia muitas agências envolvidas em ao menos 6 países, justamente aqueles que Jacir e Pierlangela visitaram.¹⁰ Se os emaranhados institucionais dos rizicultores seguiam caminhos que os levavam até órgãos estatais estaduais, federais e empresas estrangeiras, os dos indígenas seguiam outros caminhos, incluindo organizações em Brasília (como o Conselho Indigenista Missionário) e São Paulo (ONGs e universidades).

A proposta do presente trabalho não é propriamente esmiuçar a história de um conflito local, mas sim realizar o duplo movimento de descrever tanto as conexões transnacionais dos índios quanto as dos arroteiros de modo a contrastar os diferentes conhecimentos, intervenções e gerenciamentos tecnológicos que cada um fomentava na Raposa Serra do Sol: a pecuária extensiva, de um lado, e a rizicultura de alta performance, de outro. Adotar a estratégia etnográfica de seguir a trilha do gado e a trilha do arroz permite mostrar o embate de conceitos, saberes e lógicas distintos na ocupação da Raposa Serra do Sol. De um lado, a trilha do gado na terra indígena nos leva a relações de cooperação internacional com organizações indígenas sustentadas através da mobilização de conceitos como *comunitarismo* e *injustiça social*, fortalecendo um tipo de lógica expressa pelas *soltas*. De outro lado, a trilha do arroz

¹⁰ Em Londres, as ONGs internacionais que apoiaram a campanha foram Amnesty International, Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD) e Survival International. Nos outros países, o CIR contou com o apoio de organizações como Manos Unidas, Entreculturas, Uyamaa, Cáritas Portuguesa, Cáritas Española.

revela como o investimento de capital na região proliferou organizações movidas por conexões transnacionais que fomentavam a lógica das *cercas* na ocupação do território com seu maquinário, sementes híbridas, produtos químicos. Trata-se de uma experimentação etnográfica contrastiva que coloca o disseminado argumento desenvolvimentista sob jugo crítico.

O arroz e as cercas

(...) os rizicultores privados, que passaram a explorar as terras indígenas somente a partir de 1992 (...) não têm qualquer direito adquirido à respectiva posse. Em primeiro lugar, porque as posses antigas, que supostamente lhes serviram de ponto de partida, são, na verdade, o resultado de inescondível esbulho. Como sobejamente demonstrado no laudo e parecer antropológicos, os índios foram de lá empurrados, enxotados, escorraçados. Não sem antes opor notória resistência, fato que perdura até hoje. Em segundo lugar, porque a presença dos arrozeiros subtrai dos índios extensas áreas de solo fértil, imprescindíveis às suas (dos autóctones) atividades produtivas, impede o acesso das comunidades indígenas aos rios Surumu e Tacutu e degrada os recursos ambientais necessários ao bem-estar de todos eles, nativos da região. Voto do Ministro Relator do STF, Carlos Ayres Britto, em 27 de agosto de 2008 (BRITTO, 2009, Item 131, p. 212-3)

Ao ser perguntado em 2009 o que estaria por trás dos arrozeiros de Roraima, o jurista e diplomata Rubens Ricupero respondeu:

“É o que um amigo chama de ‘modelo gaúcho de agricultura’, onde há terras, os colonos vão ocupando, devastando. (...) O que existem são grupos de grandes agricultores de capital intensivo, o agronegócio. Estão atuando no que consideram ser as regras do jogo, porque aqui o capitalismo é de faroeste”. (RICUPERO, 2009, p. 152).

Esta caracterização é bastante condizente com a retomada histórica da rizicultura em Roraima por parte de um acadêmico de Ciências e Tecnologia de Alimento da Universidade Federal de Roraima, oportunamente publicada meses antes do julgamento do STF:

O cultivo do arroz em Roraima teve início na colonização do antigo território de Roraima em 1944, com a chegada de agricultores maranhenses. No entanto a exploração da cultura [do arroz] em escala comercial foi efetivada a partir de 1977, quando migrantes originários da região sul do Brasil iniciaram o cultivo

mecanizado nas áreas de cerrado, com a utilização de insumos agrícolas no preparo do solo à colheita. A produção do arroz em Roraima apresentou um crescimento significativo até 1981, mais pela expansão da área do que por aumento na produtividade (CORDEIRO, 2001 Apud Sakazaki, R. T. et al 2008, p. 70)

Até 1977 a área cultivada de arroz totalizava 6.330 hectares (SEPLAN/RR, 1980, p.74) e as colônias agrícolas eram marcadas pela “agricultura de subsistência, itinerante e rudimentar” (Governo do Estado de Roraima, 2003, p. 36). À época do julgamento no STF, o cultivo do arroz irrigado era praticado por 30 produtores que cultivavam, cada um, 600 hectares por ano, sendo a produção das maiores delas – algumas das quais dentro da Raposa Serra do Sol -, em torno de 1.000 hectares por ano (SAKAZAKI et al., 2008. p. 70).

Nesse intervalo de 30 anos, entre 1977 e o julgamento que determina a desintração dos rizicultores da Raposa Serra do Sol, há uma crescente preocupação em “racionalizar” a produção do arroz, incitando a agricultura tida como comercial, não itinerante e moderna. Em 1977, por exemplo, há o I Encontro Empresarial de Roraima¹¹, ocasião em que o secretário de Economia, Agricultura e Colonização mostra preocupação quando à mecanização rural, que, segundo ele, constituía um “importante apoio ao processo de racionalização da produção rural (...)”. (FREITAS, 1977, p. 25). O objetivo era potencializar ao máximo a produtividade da cultura do arroz. Para isso, desenvolviam-se ferramentas para obter um controle total de determinado ambiente, que deveria se tornar estéril para todo o tipo de vida que não a do arroz selecionado. Eis a lógica das cercas, que demanda grandes áreas, grande quantidade de capital de investimento, maquinário específico, sementes manipuladas em laboratório, produtos químicos como inseticidas, fungicidas e fertilizantes.

Manter esses ambientes controlados de forma a criar condições para a hiperreprodução do arroz não era tarefa fácil. Inicialmente, no fim da década de 1970 e começo dos 1980, o grande inimigo dos arroteiros não eram os índios, que ainda não se apresentavam como uma força política organizada via associações indígenas, mas sim como mão de obra barata. O grande inimigo era um fungo chamado *Magnaporthe oryzae* que causava a doença “brusone”. Mas havia outros: a pobreza do solo; as ervas

¹¹ Houve na ocasião a participação de 4 órgãos: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado do Amazonas (CEAG/AM), Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização (SEAC/RR), a quem estava ligada a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER).

daninhas, os insetos-pragas: *Spodoptera frugiperda* (lagarta-da-folha), *Oryzophagus oryzae* (gorgulho-aquático), *Tibraca limbativentris* (percevejo-do-colmo), *Oebalus poecilus* (percevejo-do-grão), *Pomacea canaliculata* (espécie de molusco) e *Argelaius ruficapilus* (pássaro conhecido como garibaldi).¹²

Naquela época, havia esforços explícitos para alcançar as condições ideais para esses ambientes controlados. Em 1981 é publicado um relatório de uma reunião de produtores, pesquisadores e técnicos e agentes de crédito, com o objetivo de desenvolver o “Sistema de Produção de Sementes de Arroz em área de cerrado”. Segundo o documento, “Este sistema (...) exige uma série de medidas tendo por objetivo evitar que as sementes sofram contaminação genética ou varietal.” (EMBRATER/EMBRAPA 1981, p. 09). São estabelecidos 19 cuidados, discriminados de forma detalhada,¹³ de modo a racionalizar a produção, isto é, tomá-la como um sistema integrado com vistas a implementar ambientes otimamente controlados. Promover tais condições incluía selecionar os *melhores produtores*, aqueles registrados na Delegacia Federal de Agricultura de Roraima (quando ainda era Território Federal) e com a capacidade de crédito para conseguir lotes maiores. Era preciso também selecionar a *variedade de sementes* e, dependendo do tipo utilizado, empreender, no plantio, o adequado *espaçamento* entre cada uma. Para a *limpeza da área e armazenamento* do arroz era preciso maquinário específico. Para evitar a brusone, era preciso o adequado *preparo do solo* e *tratamento de sementes*, bem como a *adubação*, já que “desequilíbrios nutricionais favorecem a incidência e o rápido desenvolvimento da Brusone”. Indispensável era a erradicação de qualquer forma de vida que não a da cultura selecionada, e para tanto era feito o *controle de pragas* e *controle de doenças* por meio de produtos químicos – vendidos por empresas como DuPont (conglomerado norte-americano) e Hokko Chemical (conglomerado japonês) -, além dos chamados *tratos culturais*, isto é, a eliminação de plantas atípicas, como o arroz vermelho e o arroz preto. Por fim, era preciso realizar a devida *conservação do solo*, para manter a declividade das glebas, as cercas e construções. Em suma, o agronegócio do arroz em Roraima dependia da implementação de ambientes controlados – a lógica das cercas.

¹² Cf. EMBRAPA

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap13.htm> Acesso em 13/04/2015.

¹³ São eles: seleção de produtores; escolha da variedade de sementes; escolha da área; limpeza da área; preparo do solo; tratamento de sementes; conservação do solo; plantio; espaçamento; densidade; adubação; controle de pragas; controle de doenças; tratos culturais; colheita; secagem; beneficiamento; tratamento e embalagem das sementes; armazenamento (EMBRATER/EMBRAPA 1981, p. 09 e seguintes).

A fixação dos arrozeiros em Roraima apenas se consolidou na medida em que se multiplicaram as empresas e órgãos locais que carregavam consigo um regime de saber que os conectava a empresas estrangeiras fornecedoras de insumos para a rizicultura. Note-se que as empresas de beneficiamento de arroz eram individuais ou limitadas, o que implicava que essas conexões não ocorriam por meio de capital estrangeiro investido diretamente nas empresas, ou por meio de exportação, já que o arroz de Roraima não era exportado, mas escoado para o mercado de Manaus e Santarém (SAKAZAKI *et al.*, 2008. p. 71). Sendo assim, suas conexões transnacionais existiam não tanto por meio de relações diretas firmadas por contratos de compra e venda, mas porque dependiam da implementação da lógica das cercas.

Tabela 1 – Características físico-químicas dos principais inseticidas usados no controle de pragas na lavoura do arroz.

Nome Técnico	Grupo Químico	Classe Tóxicológica	Ambi-ental	Registrante	Solub	Pressão de vapor	Adsorção	Persistên-cia (dias)
Benfuracarbe	Metil carbamato	II	II	Iharabras	NA			
Carbaril	Metil carbamato	II	NE	Fersol	40 mg/L	< 5,3mPa	300	7-28
Carbofurano	Metil carbamato	I	NE	Fersol	320	2,7	22	30-120
Carbosulfano	Metil carbamato	II	NE	FMC	NA	NA	NA	NA
Furatiocarbe	Metil carbamato	III	II	Syngenta	NA	NA	NA	NA
Tiodicarbe	Metil carbamato	III	I	Bayer	NA	NA	NA	NA
Imidacloprid	Neonicotinoide	IV	III	Bayer	0,51 g/L	1,5E-9 mmHg	NA	48-190
Tiametoxam	Neonicotinoide	III	III	Syngenta	4100mg/L	2E-11mmHg	NA	NA
Fenitrothion	Organofosforado	II	II	Sumitomo	30	18	NA	1-7
Forato	Organofosforado	I	NE	Basf	NA	NA	NA	Na
Malationa	Organofosforado	II	NE	Cheminova	130 mg/L	5,3mPa	1800	1-25
Parathiona-metilico	Organofosforado	I	NE	Action S. ^a	55-60	1,3	5100	1-30
Triclorfom	Organofosforado	II	III	Bayer	120000	0,21mpa	10	3-27
Fipronil	Pirazol	I	II	Basf	2,4mg/L	3.7E-4mPa		123-693
Beta-ciflutrina	Piretroide	II	I	Bayer	NA	NA	NA	NA
Cipermetrina	Piretroide	II	NE	Dow	0,01	5,1 exp-7npa 70C	100000	4-56
Deltametrina	Piretroide	III	I	Bayer	<0,1 mg/L	2E-8 mbar	-	7-14
Esfenvalerato	Piretroide	I	II	Sumitomo	< 0,03mg/L	0,067mPa	5300	15-90
Permetrina	Piretroide	III	II	Basf	0,2 mg/L	0,045 mPa	100.000	30-38
Bifentrina	Piretróide	III	II	FMC	0,1mg/L	-	1000000	7-240
Ciflutrina	Piretróide	III	II	Bayer	0,002 mg/L	1,62 10 ⁻⁸ mmHg	5,62	2-3

NA = Não encontrado.

Fonte: Barrigossi et al, 2005.

Apenas a título de exemplo, um documento da Embrapa (BARRIGOSSO et al, 2005) menciona 10 empresas registrantes de inseticidas, fornecedoras de insumos aos rizicultores em Roraima: a FMC Química do Brasil LTDA, subsidiária brasileira da FMC Corporation, companhia norte-americana fundada na Califórnia com sede na Filadélfia; Syngenta, companhia suíça com sede em Basel especializada nos mercados de sementes e pesticidas; Bayer S.A. São Paulo, subsidiária brasileira do grupo alemão Bayer AG; Sumitomo, companhia pertencente a um dos maiores grupos corporativos japoneses; Basf, empresa com sede na Alemanha, líder mundial no ramo de produtos químicos; Cheminova, empresa no ramo de pesticida com sede na Dinamarca;

Dow AgroSciences, empresa multinacional e uma das líderes do mercado mundial de agroquímicos, com sede na cidade de Indianápolis, nos Estados Unidos.

A ideia do pioneiro que sozinho desbrava essas fronteiras cria uma imagem heroica que oblitera o fato de que o modelo gaúcho de agricultura não existe sem estar conectado a organizações presentes em outras partes do mundo. O ambiente controlado só se implementa por meio dessas conexões. O capitalismo de faroeste é aquele que oferece as condições para se testar esses ambientes controlados em fronteiras agrícolas como os campos de Roraima.

Tabela 2 - Área colhida, quantidade produzida e produtividade média de arroz irrigado em casca no estado de Roraima no período de 1981 a 2007

Ano	Área(ha)	Quantidade (t)	Produtividade (t/ha)
1981/82	643	2605	4051
1982/83	700	2520	3600
1983/84	1012	3790	3745
1984/85	602	2003	3328
1985/86	736	3093	4200
1986/87	1343	6045	4508
1987/88	1512	6654	4400
1988/89	3000	15000	5000
1989/90	3025	7705	2547
1990/91	2750	11000	4000
1991/92	5000	22500	4500
1992/93	7000	31500	4500
1993/94	7000	31500	4500
1994/95	6000	30000	5000
1995/96	6200	31000	5000
1996/97	6000	33000	5500
1997/98	7000	38500	5500
1998/99	7000	38500	5500
1999/00	7000	38500	5500
2000/01	9000	56250	6250
2001/02	12000	75000	6250
2002/03	15000	93750	6250
2003/04	18000	114300	6350
2004/05	16000	104000	6500
2005/06	11000	71500	6500
2006/07	14000	91000	6500

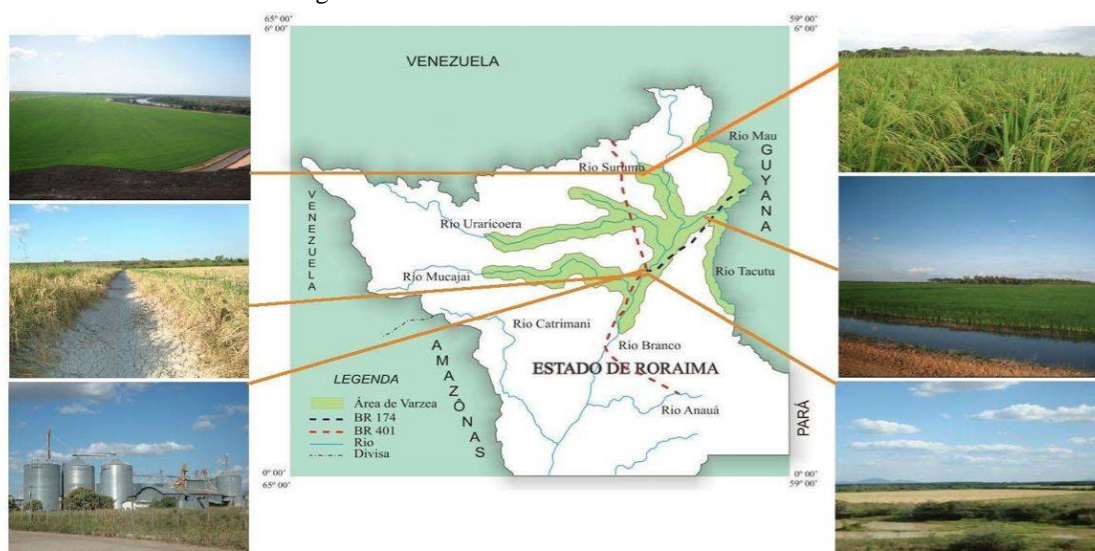
Fonte: Embrapa Roraima Apud CORDEIRO et. al. 2007

É assim que, ao longo do tempo, o arroz vai migrando no estado, procurando por condições ideais para se implementar o ambiente de controle. No início, a estratégia de ocupação era nas margens dos eixos rodoviários e nas colônias agrícolas. Por exemplo,

no município de Alto Alegre, havia três colônias com a presença de rizicultores (6 na Colônia Agrícola Taiano, 1 na Colônia Agrícola Pau Rainha, e 1 na Colônia Agrícola Alto Alegre), e no município de Cantá, havia um rizicultor registrado na Colônia Agrícola Cantá, a centenas de quilômetros da Raposa Serra do Sol, abaixo do Rio Mucajaí (ver figura 1).¹⁴ No entanto:

A partir de 1982 a produtividade de arroz e as áreas cultivadas tiveram uma redução drástica, cerca de 70%, em virtude de estiagens prolongadas na fase de florescimento da cultura, aparecimento de doenças e sementes de péssima qualidade apresentando baixo poder de germinação, *forçando os produtores a mudarem de área e melhorar as tecnologias utilizadas*, buscando novas técnicas de cultivo e a adoção do uso de cultivares melhoradas. (SAKAZAKI et. al., 2008, p. 70, grifo adicionado).

Figura 1 - Mapa hidrográfico do estado de Roraima destacando os principais rios e suas respectivas várzeas cultivadas com arroz irrigado.



Fonte: Sakazaki 2008.

Como parte dos esforços para racionalizar o sistema de produção envolvia o deslocamento dos produtores para áreas mais apropriadas, o governo federal instaura o Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS).¹⁵ A

¹⁴ Na colônia agrícola Taiano eram eles: Eurico Mesquita Machado, Paulo Cezar Justo Quartiero, Percy Valentim Hummer, Paulo Porto Rosa, Darcy Jesus da Rosa Junior, Antonio Pereira da Silva; na colônia Pau Rainha, tratava-se de Joao Lucio; e na colônia Alto Alegre, de Antonio Dourado de Santana; na colônia agrícola Cantá tratava-se de Bernardo Taututmann (Cf. (EMBRATER/EMBRAPA 1981, p. 47).

¹⁵ O PROVARZEA foi elaborado em 1978 pelo governo João Figueiredo e oficializado através do Decreto n. 86. 146 de 23 de junho de 1981.

coordenação técnica estava a cargo da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), atual EMBRAPA (PRESA, 2010):

O advento do PROVÁRZEA em 1981/82 motivou o aproveitamento das várzeas existentes em Roraima, cerca de 160.000 hectares em potencial. Esses ecossistemas, principalmente os localizados na região de lavrados (cerrados), apresentam topografia plana e facilidades para mecanização agrícola e irrigação. A opção de ocupação dessas várzeas foi com o cultivo do arroz irrigado mecanizado, aproveitando a experiência com a cultura de agricultores migrantes do sul do país (CORDEIRO *et al.*, 2004).

O aumento de produtividade é reflexo dessa migração e do aumento das áreas de cultivo - a que o Ministro Relator Carlos Ayres Britto denominou de “inescondível esbulho” (BRITTO, 2009, p. 213) -, parte do processo de racionalização e da busca por condições ideais para se atingir os ambientes controlados. A lógica das cercas atinge com força a Raposa Serra do Sol. O modelo gaúcho do agronegócio só se efetiva na medida em que se conecta, direta ou indiretamente, a emaranhados institucionais que envolvem grandes laboratórios, empresas individuais, secretarias estaduais, *think tanks* agrícolas (como a EMBRAPA), que se sustentam pela circulação do capital, mas também e sobretudo por um regime de verdade que se autocaracteriza como racional, em contraposição ao que considera como uma tecnologia primitiva representada pela agricultura de subsistência, itinerante e rudimentar. São estes empresários, o do capitalismo de faroeste, aqueles considerados portadores do manto do desenvolvimento nacional, não os caboclos e indígenas com sua criação de gado em regime de soltas – a pecuária extensiva -, como já em 1977 expressava o secretário de agricultura do Território Federal de Roraima:

A pecuária bovina de Roraima dispõe atualmente de um rebanho aproximado de 350.000 cabeças de gado, é explorada em regime extensivo, com animais alimentando-se em pastos naturais sem controle produtivo, com emprego de técnicas tradicionais e com manejo das pastagens, de forma primitiva, pela falta de indicações sobre os métodos mais adequados a serem aplicados.” (FREITAS, 1977, p. 24)

É para a lógica “primitiva” das soltas, que resiste a esta racionalização, que agora me volto.

O gado e as soltas

Afinal, os índios são os brasileiros de vista mais alongada e pernas mais solicitadas, porque virginalmente afeitos à imensidão territorial deste País continente. O que já se reflete nas técnicas de um manejo temporalmente mais curto de suas terras agricultáveis e também de suas pastagens. Numa frase, os índios brasileiros são visceralmente avessos a qualquer ideia de guetos, nichos, cercas, muros, grades, viveiros, que são práticas apropriadas para uma demarcação parcimoniosamente insular ou do tipo queijo suíço. Voto do Ministro Relator do STF, Carlos Ayres Britto, em 27 de agosto de 2008 (BRITTO, 2009, Item 87, p. 201).

Cálculos recentes do Conselho Indígena de Roraima estimam o rebanho na Raposa Serra do Sol em 37 mil cabeças de gado (CIR, 2013). Como bem lembrava o CIR durante a campanha *Anna Pata Anna Yan*, o rebanho pertencente às comunidades era originário do Projeto do Gado, iniciado em 1982 pelos irmãos da Consolata atuantes na Diocese de Roraima. Seu objetivo expresso era “promover a ocupação do lavrado perante os fazendeiros, (...) tornando assim os próprios índios pecuaristas” (SANTILLI, 2001, p. 42-3).¹⁶

É importante lembrar que o gado existia na região desde o século XVIII. Os primeiros rebanhos chegaram em 1789, fixando a ocupação da coroa portuguesa por meio de três fazendas: São Luis, São Bento e São Marcos. Entre 1890 e 1930, houve um grande aumento nos rebanhos na região, sobretudo por posseiros privados migrados do nordeste, décadas antes da leva migratória dos rizicultores do sul. São estes, os vaqueiros do lavrado, que trazem para Roraima a prática da pecuária extensiva. Sobre eles Peter Rivière (1972) produziu uma etnografia memorável, em que os caboclos – referência aos índios que trabalhavam junto aos vaqueiros – aparecem no texto frequentemente, mas apenas como personagens secundários, um desvio do olhar etnográfico focado no vaqueiro.¹⁷ Vê-se os índios adotados pela família do fazendeiro; estabelecendo relações de compadrio; como trabalhadores eventuais no manejo do gado ou na cozinha da casa da fazenda; como amasiadas de vaqueiros; deitados nas redes ocasionalmente penduradas junto aos equipamentos nos barracões; como fornecedores

¹⁶ É importante notar que o foco deste trabalho são os compósitos globais articulados em torno de noções como *comunitarismo* e *justiça social*, e não propriamente o *ajuri*. Desta forma, está fora do escopo da análise a discussão sobre roças ou mesmo sobre criação de animais que marcam a etnologia americanista. Sobre este último tema, ver Vander Velden (2011) para uma discussão sobre o desejo do gado entre os Karitiana.

¹⁷ Para uma análise recente sobre a cultura do gado na Amazônia, ver Hoelle (2015).

de carne de caça para a fazenda; em bailes separados de outros peões e vaqueiros nos dias de festa; atrás do rebanho durante a *campeada*, na posição mais afastada e empoeirada, longe dos *guias*, *cabeceiras* e *costaneiras*.¹⁸

Com os vaqueiros, os índios aprendiam técnicas próprias da pecuária extensiva, e mais amplamente, a lógica das soltas no manejo do gado: a *campeada* coletiva, envolvendo técnicas de domínio e condução dos animais soltos, “meio selvagens” (p. 63); o sistema de *sorte*, em que se recebe um de cada quatro bezerros nascidos num período acordado, descrito por Rivière como igualitário, pouco competitivo, não cooperativista.¹⁹ A relação com a terra e os animais não obedecia a uma lógica das cercas, dos ambientes controlados:

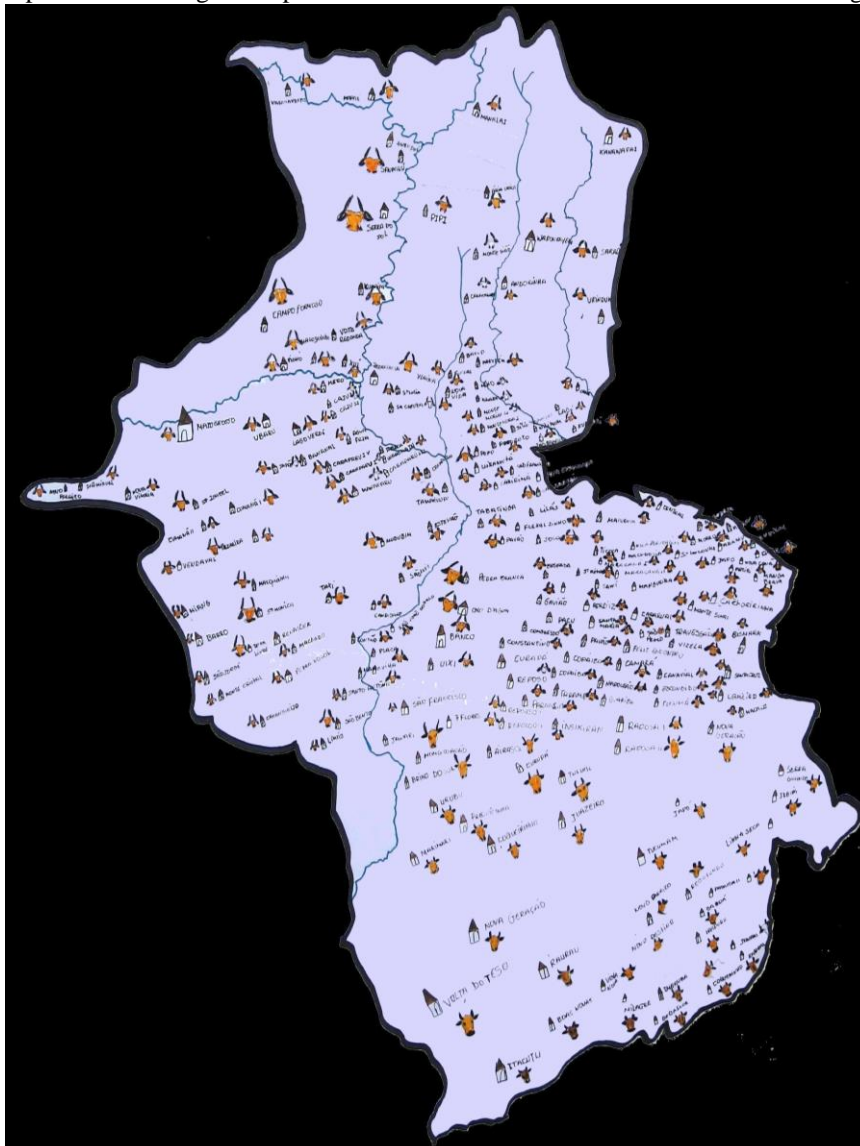
Algumas fazendas são cercadas, mas a maior parte dos fazendeiros tende a definir sua terra em termos de onde seu gado está. Com efeito, o comportamento territorial do gado – um *lote* normalmente permanece dentro de uma área relativamente bem delimitada que contém pasto, água e sombra – significa que fronteiras razoavelmente bem definidas existem entre propriedades. Essas fronteiras geralmente seguem algum elemento natural, como um rio, riacho, ou cadeia de montanhas, grande o suficiente para comportar um obstáculo às andanças do gado. *Esta tendência em ver a posse da terra em termos de gado é consistente com a avaliação do tamanho da fazenda em termos do número de cabeças de gado.* (RIVIÈRE, 1972, p. 47, grifo adicionado).

Os Wapixana e Macuxi que tiveram suas terras invadidas, aqueles antes e estes depois da década de 1950, aprendiam como mão de obra assalariada algo valioso para a retomada da sua terra: a “tendência em ver a posse da terra em termos de gado”. Como relatou recentemente um índio macuxi, Professor Inácio, sua aprendizagem no manejo do gado se deu ao observar e imitar os brancos: “Só que no começo não tínhamos cavalos. Para reunir o gado, íamos a pé mesmo” (NOGUEIRA, 2013, p. 24). A pé, seguiam as trilhas cada vez mais espalhadas que o gado deixava naquelas terras, tornando-as suas novamente. Durante a luta pela demarcação contínua da terra, o gado torna-se um símbolo tão forte que aparece não apenas nos mapas produzidos pelos indígenas como também naqueles produzidos por agências governamentais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

¹⁸ *Campeada* é o trabalho de arrebancar o gado solto. *Guias*, *cabeceiras* e *costaneiras* são as classificações referentes à posição adotada pelos vaqueiros e peões na condução do rebanho, assumindo, respectivamente, a posição à frente do rebanho e entre os primeiros e últimos animais.

¹⁹ Segundo o autor, “não se deve confundir falta de competitividade com a presença de cooperação” (p. 89). Para ele, isto explicaria a dificuldade de se formar cooperativas entre os fazendeiros para a compra de insumos como vacina e arame farpado.

Figura 2 - Mapa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol destacando as malocas e retiros de gado.



Fonte: CIR. Apresentação da Campanha Anna Pata Anna Yan. Boa Vista: CIR. 2008. Slide 28

É importante notar, no entanto, que o apoio estrangeiro ao Projeto do Gado – as trilhas que se formavam para fora do país – apoiava-se em uma noção muito própria, de *comunitarismo*, distinta tanto do trabalho coletivo da *campeada* quanto do *ajuri* nas roças indígenas:

Em muitas malocas realizam-se, em certas épocas do ano, mutirões ou trabalhos comunitários organizados pelo tuxaua. Geralmente o trabalho nas roças (brocar, derrubar, queimar, encoivarar e capinar) é feito pelo sistema chamado de *ajuri*: o dono da roça prepara o caxiri e um pouco de comida; depois convida os homens da maloca para trabalharem na sua roça, devolvendo, a seu tempo, a ajuda com trabalho na roça dos outros.

Nestes últimos anos foram também realizadas roças comunitárias, cujo produto é utilizado para financiar atividades comunitárias (cantinas, criação, construção de casas, etc.) ou dividido entre os participantes dos trabalhos.

O nascimento destas atividades comunitárias são um elemento novo na cultura Macuxi e nasceu diretamente da tentativa de eliminar a dependência das fazendas em comprar mercadorias que não produzem (sal, querosene, fósforo, ferramentas, etc.) e para o escoamento dos produtos da roça (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca). (CIDR, 1989?, p. 49-50, grifo adicionado)

Se a Diocese de Roraima primeiro apresenta o *ajuri* em termos de “mutirão ou trabalho comunitário”, logo em seguida esclarece se tratar de algo distinto das atividades comunitárias, essas sim “um elemento novo na cultura Macuxi”. As várias campanhas na Europa – em 1988, 1993, 1994, 1996 e 2008 – dependiam da mobilização de noções como de *comunitarismo*, *justiça social*, assim como de *cultura e meio ambiente em harmonia*. As ideias de *comunitarismo* e *injustiça social* são importantes porque ressoam nos canais católicos de cooperação, em organizações como as Cáritas; a noção de *violação de direitos* impacta organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional; a ideia de *preservação da cultura* mobiliza organizações indigenistas como Survival International; e a *proteção ao meio ambiente* aparece também, inicialmente de forma mais restrita entre membros do Parlamento Europeu, por exemplo, mas depois disseminada entre todas estas organizações, já num momento em que a agenda da *mudança climática* é claramente colocada como uma das prioridades institucionais das agências de cooperação internacional. Como disse um funcionário da CAFOD, uma das agências católicas internacionais que apoiou a campanha *Anna Pata Anna Yan* em Londres, após uma visita a malocas macuxi em 2007: “The Macuxi people are a peace-loving people, who legally have a right to their land and work hard to develop it in an environmentally-friendly way”. [Os Macuxi são um povo amante da paz, que legalmente têm direito à sua terra e trabalham duro para desenvolvê-lo de uma forma amigável ao meio ambiente].

Adotar a estratégia de seguir as trilhas do gado na Raposa Serra do Sol, no entanto, não nos leva apenas a organizações ativistas fora do país. Trata-se de um compósito global heterogêneo, de diferentes cores, tons e densidades dependendo para quais emaranhados institucionais o pesquisador lança o olhar, cada qual carregando premissas próprias, circulando noções específicas, fomentando gerenciamentos tecnológicos particulares, estabelecendo regimes de verdade singulares. Os emaranhados de relações formados primeiro em torno da campanha “Una Mucca per

l'índio” e depois em torno das parcerias estabelecidas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) eram pautados pelas noções acima mencionadas, mostrando-se distintos de outros que surgiam, e que também tinham o gado como eixo principal.

Figura 3 – Página do website da agência CAFOD na ocasião da visita de Jacir e Pierlangela a Londres.



Fonte: CAFOD, www.cafod.org.uk, acesso em 26/06/2008.

Repetto (2008) chama a atenção para o processo de proliferação de organizações indígenas em Roraima tendo em vista o “mercado de projetos”. De acordo com o autor, as organizações indígenas vão se desmembrando do CIR e buscando projetos próprios, que são sobretudo oferecidos por órgãos governamentais. Há uma proliferação de organizações indígenas através das quais se via a formação de novos emaranhados institucionais, como foi o caso na ocasião de dois projetos fomentados pelo governo do Estado também focados no gado: PROINDIO (1985) e PROPEC (1996).

O PROINDIO foi um projeto desenvolvido junto a determinadas malocas via Departamento de Assuntos Indígenas, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Roraima, com a justificativa de incrementar o consumo de proteína das comunidades indígenas. O gado era doado para famílias, em regime não comunitário, e a razão do projeto se situava no domínio da saúde pública. Não havia contrato,

despesas, tampouco a expectativa que o rebanho crescesse. Para Lemos (1998), o PROINDIO se mostrava como uma reação do governo à unificação política das regiões que compunham a Raposa Serra do Sol. Para enfraquecer a participação crescente das malocas no Projeto do Gado, era preciso combater a própria ideia de manejo comunitário.

No mesmo sentido, uma década depois é lançado o PROPEC (1996), destinado não a famílias, mas a pequenos fazendeiros. Implementado pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA), contava com empréstimos do Banco do Estado para trazer 2.000 cabeças de gado de Rondonópolis, Mato Grosso. Houve a escolha de 85 produtores a partir dos seguintes critérios: experiência com gado, condições financeiras, rancho delimitado com cercas e propriedade com pasto suficiente. Havia um contrato de parceria, em que os beneficiados pagavam pelo transporte e pelas vacinações das reses. O projeto estabelecia como meta não a melhoria de índices nutricionais entre a população, mas que o proprietário incrementasse seu rebanho em 90%, com taxa de crescimento anual a 50%.

Estes projetos carregavam uma lógica distinta daquela contida no Projeto do Gado. As relações que os índios estabelecem com organizações internacionais fomentava uma lógica oposta à das cercas, que por sua vez tenta ser introduzida novamente por outras vias institucionais, junto a organizações indígenas dissidentes. Também a lógica das cercas – essa identificada como “a que veio do sul” (CIDR, 1989?) - vai se insinuando nas terras indígenas por meio de projetos de gado.

Com o julgamento no STF e o reconhecimento da posse indígena da terra em área contínua, críticos apontam que a estratégia política para ocupação do território pode ser negativa a longo prazo, já que o aumento do rebanho vem criando relações de patronagem. Um jornalista recentemente reportou: “Mas as criações particulares de gado existem, e estão encorpando. Já se encontram indígenas proprietários de centenas de cabeças, e que pagam a outros indígenas para que atuem como seus empregados”. (NOGUEIRA, 2013, p. 24).

Em carta 03 de junho de 2013, em resposta à notícia veiculada em jornal de circulação em Boa Vista sobre o suposto enriquecimento de certas lideranças indígenas, que seriam proprietários de enormes rebanhos individuais, o CIR publica em seu site o seguinte:

Atualmente as comunidades do CIR trabalham com *projeto de gado comunitário iniciado em 1982*, cuja quantidade hoje é de 37 mil rezes só na Raposa Serra do Sol, onde *todas as famílias são responsáveis pelo cuidado e o manejo fica a cargo de uma ou mais família com decisão de todos os membros da comunidade*, ficando o papel do tuxaua de coordenar as atividades gerais, mas as deliberações são feitas pela comunidade, portanto o tuxaua não manda na comunidade. É infundada a informação de que tem lideranças com mais de 3000 bovinos, pois em Roraima tem apenas uma comunidade com 2000 bovinos. O gado existente nas comunidades e terras indígenas coordenados pelo CIR tem uma rigorosa avaliação anual que vai desde a produção, manejo e uso adequado do território e meio ambiente. E a cada cinco anos *cada comunidade tem obrigação de fazer repasse de gado para outra comunidade na quantidade do projeto, que é 50 matrizes e 02 touros*. Em geral, *o gado bovino é patrimônio comunitário*, assim como a terra e outros, todos têm direitos e deveres na ordem coletiva. Todas as indenizações de boá fé são usufruto exclusivo das comunidades indígenas, não ficando apenas para interesse particular, por isso o tuxaua ou outro membro não tem direito de se beneficiar de forma individual. E caso houver qualquer liderança, seja tuxaua ou não envolvido em atividades ilegais é punido imediatamente com a perda do cargo e denunciado para órgãos competentes de fiscalização e proteção. (CIR 2013, grifos adicionados).

Trata-se menos de averiguar, como faria um jornalista, os “fatos” – se a lógica da cerca está ou não presente na Raposa Serra do Sol -; mas perceber que o embate político se mantém não tanto em instâncias político-judiciais, mas também e sobretudo pelo manejo do gado. Há ainda bastantes trilhas a serem seguidas, num mundo em que proliferam práticas aparentemente incompatíveis, do trabalho assalariado, da *campeada* coletiva, dos mutirões *comunitários*, do *ajuri*.

Referência Bibliográficas

BARRIGOSI, J.A.S.; LANNA, A.C.; FERREIRA, E. *Inseticidas Registrados para a Cultura do Arroz e Análise de Parâmetros Indicadores de seu Comportamento no Ambiente*. Circular Técnica 75. Santo Antonio de Goiás: Embrapa, 2005.

BARROS, Nilson C. *Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Editora Universitária. Recife, UFPE. 1995

BRASIL, Amazonas. *Roraima e a Questão Indígena*. Boa Vista: Ed. Boa Vista. 2008a.

BRASIL, Amazonas. *Raposa Serra do Sol Área de Conflito*. Boa Vista: Ed. Boa Vista. 2008b.

BRITTO, Carlos Ayres. “Voto do ministro relator. 27 de agosto de 2008”. In: Julia T. Miras [et al]. *Makunaima Grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Pp. 173-214.

CEAG-RR - CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE RORAIMA. *Cadastro Empresarial de Roraima – 1984/1985*. Boa Vista: CEBRAE; CEAG-RR, 1985.

CEAG-RR - CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE RORAIMA. *Cadastro Empresarial de Roraima – 1980/1981*. Boa Vista: CEBRAE; CEAG-RR, 1982?.

CIDR - CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. *Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana*. Coleção Histórico-Antropológica, n. 1. Boa Vista: Diocese de Roraima. 1989?

CIR - CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. *Nota do Conselho Indígena de Roraima sobre a matéria da Folha de Boa Vista*. 3 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/244-nota-do-conselho-ind%C3%ADgena-de-roraima-sobre-a-mat%C3%A9ria-da-folha-de-boa-vista>>. Acesso em 14/04/2015.

COLLIER, Stephen J; ONG, Aihwa. “Global Assemblages, Anthropological Problems”. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. *Global Assemblages. Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, pp.3-21.

CORDEIRO, A C. C. “Situação atual e perspectivas para a rizicultura no estado de Roraima”. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de arroz irrigado e XXIV Reunião da cultura do arroz irrigado*, 20 a 23 de agosto. Porto Alegre, IRGA, 2001. P. 749-750.

CORDEIRO, A. C. C.; MOURÃO JÚNIOR, M. C.; MEDEIROS, R. D. “Análise do agronegócio do arroz irrigado em Roraima: período 1981 a 2007.” In: *Anais do Congresso Brasileiro de Arroz Irrigado*, 6.; Reunião da Cultura do Arroz Irrigado, 28., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Orium, 2007. p. 719-721.

EMBRATER/EMBRAPA. *Sistemas de Produção para Sementes de Arroz*. Série Sistemas de Produção, Boletim n. 265. Embrater/Embrapa: Boa Vista. 1981. 47p.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, SP : Paz e Terra, 1991.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE RORAIMA. *Roraima: Economia e Mercado. Ano VI. Dados Econômicos*. Boa Vista: FECOMERCIO/RR. 2005. 152p.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE RORAIMA. *Roraima: Economia e Mercado. Ano IV. Dados Econômicos*. Boa Vista: FECOMERCIO/RR. 2003. 132p.

FERGUSON, James. *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. University of Minnesota Press. 1994.

FREITAS, Luiz Aimberê Soares de. *A Realidade de Roraima, suas potencialidades e os projetos em andamento*. I Encontro Empresarial de Roraima. Conferência Proferida pelo Secretário de Economia, Agricultura e Colonização. Boa Vista: Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização, 1977.

MIRANDA, Alcir Gursen de (coord.). *Perfil territorial do Estado de Roraima*. Boa Vista: Grupo Técnico Especializado de Estudos das Áreas Indígenas; Governo do Estado de Roraima, 2003.

HOELLE, Jeffrey. *Rainforest Cowboys: The Rise of Ranching and Cattle Culture in Western Amazonia*. Austin: University of Texas Press. 2015.

JUCERR – Junta Comercial do Estado de Roraima. *Informativo Jucer n. 1*. Boa Vista: Governo de Roraima, 1992.

KECK, M. E.; SIKKINK, K.. *Activists beyond borders: Advocacy networks in*

- international politics*. New York: Cornell University Press. 1998. 227p
- LEIRNER, Piero. *O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos*. Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2001.
- LEMOS, Alessandra. *The Macuxi Indians of Roraima: cattle raising, land and ethnic identity*. Gainesville: University of Florida, 1998.
- MORAWSKA VIANNA, Catarina. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EDUFSCar. 2014.
- MOTA, C.; GALAFASSI, B. “A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais”. In: Julia T. Miras [et al]. *Makunaima Grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Pp. 73-128.
- NOGUEIRA, Pablo. *A próxima luta*. Unesp Ciência. Março de 2013. Pp. 18-27
- PRESA, Juliana Brocca. *Políticas Públicas e o Incentivo a Rizicultura Irrigada no Sul de Santa Catarina: O que foi o PROVÁRZEAS e suas implicações no meio ambiente* (Parte 1). Revista História e-história, 2010. <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&ID=340>> Acesso em 14/04/2015.
- REBELO, Aldo. *Raposa-Serra do Sol: o Índio e a questão nacional*. Brasília: Thesaurus. 2010.
- REPETTO, Maxim. *Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima*. Boa Vista: UFRR. 2008.
- RICUPERO, Rubens; MASSAD, Anselmo; ROVAI, Renato. “Índios e Capitalismo de Faroeste” In: Julia T. Miras [et al]. *Makunaima Grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Pp. 147-152.
- RIVIÈRE, Peter. *The Forgotten Frontier: Ranchers of Northern Brazil*. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1972.
- SAKAZAKI, Roberto T. *et al.* – *Arroz irrigado em Roraima*. Agro@mbiente On-line, vol.2, no 1, jan/jun, Boa Vista, 2008. pp. 69-76
- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Ed. Unesp. 2001.
- SCHRÖDER, Peter. 2003. *Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- SEBRAE - Serviço de apoio às Micros e Pequenas Empresas de Roraima. *Série Diagnósticos Municipais. Município de Boa Vista*. Boa Vista: SEBRAE. 1999 (?). p. 47.
- SEBRAE – Serviço de apoio às Micros e Pequenas Empresas de Roraima. *O Comércio Exterior de Roraima: situação atual e perspectivas*. Boa Vista: SEBRAE, 1994. 35p.
- SEBRAE - Serviço de apoio às Micros e Pequenas Empresas de Roraima. *Cadastro Empresarial de Roraima, 1992 – 1993, Volume I. Municípios: Alto Alegre, Bonfim,*

Caracaráí, Mucajaí, Normandia, São João da Baliza, São Luiz do Anauá. Boa Vista: SEBRAE. 1994 (?).

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação / Governo de Roraima. *I Plano de Desenvolvimento de Roraima, Volume 1.* Boa Vista: SEPLAN, 1980.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: An Ethnography of Global Connection.* Princeton, NJ & Oxford: Princeton University Press, 2005.

VANDER VELDEN, Felipe. Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana. *Anuário Antropológico*, v. 2010-I: 55-76, 2011.